

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Reforma Agrária

Período de Análise: 01/11/2013 a 30/11/2013

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

Dilma revê promessa para apressar desapropriações. Reynaldo Tuollo Jr – Folha de São Paulo, Poder. 01/11/2013	3
Dilma ignorou eficiência em desapropriações. Reynaldo Tuollo Jr – Folha de São Paulo, Poder. 02/11/2013	4
Incra certifica mais de 18 mil imóveis rurais este ano – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 05/11/2013	6
Governo prevê R\$ 11 bilhões em créditos para reforma agrária. Andrea Jubé – Valor Econômico, Agronegócios. 06/11/2013	7
Terra Legal retoma área no Maranhão e destina para reforma agrária. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 13/11/2013 ...	7
Terra Legal entrega 240 títulos de terra para agricultores familiares do Maranhão. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 14/11/2013.....	8
Caravana de Arte e Cultura na Reforma Agrária percorre assentamentos no Nordeste – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 18/11/2013	10
Governo promete minuta de demarcação de terras para ruralistas e indígenas. Fernanda Odilla – Folha de São Paulo, Poder. 21/11/2013	10
Reconhecimento de terras quilombolas esbarra na especulação e grilagem – Folha de São Paulo, Poder. 22/11/2013.....	11
Terra Legal entrega títulos rurais no Acre. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/11/2013.....	12
Tesouro Nacional autoriza emissão de R\$ 20 milhões em TDAs para desapropriação de imóveis rurais – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 27/11/2013	13
O Estado burguês e a luta pela Reforma Agrária. Cedenir de Oliveira – Site do MST. 28/11/2013.....	15
CNBB divulga nota sobre Povos Indígenas e Agricultores – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 29/11/2013	18

Dilma revê promessa para apressar desapropriações. Reynaldo Turollo Jr – Folha de São Paulo, Poder. 01/11/2013

A presidente Dilma Rousseff voltou a desapropriar terras para fins de reforma agrária na semana passada sem cumprir a promessa de submeter os futuros assentamentos no campo a estudos aprofundados de viabilidade econômica antes de implantá-los.

Em janeiro deste ano, uma portaria baixada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário determinou que novas áreas só seriam desapropriadas após a realização de estudos completos. No início de outubro, nova portaria eliminou essa exigência para cerca de 100 processos que já estavam em andamento.

A nova portaria deu a Dilma a possibilidade de retomar a reforma agrária após dez meses sem fazer novas desapropriações. A lentidão do governo nessa área transformou a presidente em alvo de críticas frequentes de movimentos sociais que sempre foram alinhados com o PT, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A nova portaria do ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, foi publicada no dia 14 de outubro. Na sexta-feira, passados apenas dez dias, Dilma assinou os decretos de desapropriação de oito áreas em seis Estados.

Nenhuma dessas propriedades foi submetida aos estudos prometidos por Dilma. No início do ano, quando eles passaram a ser exigidos, a justificativa do governo era que não adiantava distribuir terra sem analisar as condições que os assentados teriam de produzir e gerar renda.

A própria presidente deixou isso claro em seus discursos, e o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência, chegou a classificar como "favelas rurais" os assentamentos precários criados em governos anteriores.

Com a portaria de janeiro, cerca de 100 processos de desapropriação que já estavam próximos de receber a assinatura de Dilma foram devolvidos aos Estados para a realização dos novos estudos. Os peritos deveriam identificar a vocação agropecuária das terras, analisar as condições naturais e a viabilidade de cada local e indicar políticas públicas que poderiam ajudar os futuros assentados.

O problema é que as superintendências regionais do Incra, órgão responsável pela reforma agrária, não conseguiram concluir os estudos. Segundo o sindicato dos peritos agrários do Incra, faltaram profissionais para o trabalho, e normas internas para orientá-los. O sindicato diz também que a categoria está "desmotivada", sem aumento salarial desde 2010.

Para dar a Dilma a chance de retomar as desapropriações antes do fim do ano, a solução encontrada por Pepe Vargas foi baixar a nova portaria, que retirou das superintendências regionais a responsabilidade pelos estudos.

Devolvidos a Brasília, os processos foram encaminhados a analistas do Incra, que deram pareceres sobre as áreas sem realizar os estudos que o governo pretendia fazer.

Em menos de duas semanas, o governo editou a nova portaria, os processos foram recolhidos, os analistas deram seus pareceres e os decretos de desapropriação foram assinados pela presidente. As oito áreas desapropriadas em outubro por Dilma devem assentar 158 famílias.

OUTRO LADO

O presidente do Incra, Carlos Guedes de Guedes, diz que os pareceres dados em Brasília sobre a viabilidade econômica dos imóveis vêm mantendo o "sentido" dos estudos de campo que deveriam ter sido feitos pelas regionais do instituto.

"Nós temos os estudos que apontam quais são os potenciais de geração de renda [para cada um dos oito imóveis desapropriados em outubro], que é esse o sentido do Estudo de Capacidade de Geração de Renda [ECGR]", afirma.

Guedes nega que o governo tenha rebaixado as exigências de qualidade, instituídas em janeiro, para a desapropriação de novas terras. "A gente não está abrindo mão da conclusão do estudo ou pelo menos dos parâmetros aqui em Brasília. Isso é uma exigência, inclusive, para encaminhamento para a Casa Civil", afirma Guedes.

O presidente do Incra destaca que a portaria de outubro é válida até março de 2014, e que, depois, os estudos de capacidade de geração de renda serão obrigatoriamente realizados nas regionais do órgão, que, segundo ele, serão capacitadas. Os pareceres emitidos pelos analistas do Incra em Brasília têm se baseado no Censo Agropecuário de 2006, do IBGE, e em uma pesquisa da USP sobre políticas para desenvolvimento agrário.

Questionado sobre imóveis já decretados de interesse público mas que ainda não têm infraestrutura completa, o presidente do Incra afirmou que, em cada caso, o governo assumiu um cronograma de acesso a serviços públicos. Para propriedades rurais em que falta energia elétrica, por exemplo, o presidente do instituto afirma que será acionado o programa federal Luz Para Todos.

Dilma ignorou eficiência em desapropriações. Reynaldo Turollo Jr – Folha de São Paulo, Poder. 02/11/2013

Para acelerar o processo de reforma agrária, a presidente Dilma não apenas deixou de lado estudos completos sobre a viabilidade econômica das áreas, como também assinou decretos de desapropriação nos quais ignorou padrões de eficiência criados pelo próprio governo federal.

Desde 2011, um dos critérios adotados pela atual gestão é que só seriam criados assentamentos com capacidade para abrigar 15 famílias ou mais de agricultores.

No mês passado, porém, a presidente assinou os oito primeiros decretos de desapropriação deste ano e, em quatro deles, os futuros assentamentos terão menos do que 15 famílias.

A ideia de estipular um número mínimo de famílias tentava garantir que recursos públicos empregados em vistorias e laudos, que têm de ser gastos tanto nas áreas maiores como nas menores, beneficiassem o maior número possível de assentados.

Ou seja, criar um projeto para dez famílias não valeria a pena, já que gastos com transporte e diárias dos técnicos responsáveis pelos laudos de vistoria seriam quase os mesmos num processo para beneficiar 50 famílias, por exemplo.

Criada por orientação da Casa Civil e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, essa regra serviu como "recomendação" ao Incra (órgão responsável pela reforma agrária) até janeiro deste ano, quando ganhou status de norma por meio de portaria publicada pelo ministério.

Essa norma imprimiu ritmo lento às desapropriações, já que exigia também um estudo completo de viabilidade da área.

O ministro publicou outra portaria no mês passado, que permitiu a Dilma assinar decretos de desapropriação de áreas sem estudos completos de viabilidade --como a **Folha** mostrou na edição de ontem-- e também com capacidade inferior a 15 famílias.

Além da pressão do governo para não terminar o ano com a marca de "zero desapropriações", a mudança ocorreu porque as regionais do Incra não concluíram estudos de cerca de cem processos de desapropriação, que agora voltaram a Brasília.

Ontem, o ministro Pepe Vargas (Desenvolvimento Agrário) afirmou que as mudanças foram "medidas administrativas" para "agilizar" a desapropriação de terras.

Para o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o afrouxamento das regras veio para responder aos movimentos sociais.

"O importante é desapropriar. Isso [as regras criadas] foi um entulho para atrasar a reforma agrária", disse Alexandre Conceição, do MST.

OUTRO LADO

O Incra, órgão federal responsável pela execução da reforma agrária, disse, por meio de assessoria, que o limite mínimo de 15 famílias para cada assentamento é apenas uma "recomendação", e não uma "restrição".

"Com relação ao limite mínimo de 15 famílias por imóvel obtido, a Diretoria de Obtenção de Terras [do Incra] explica que esta é uma recomendação, não uma restrição, visto que a realidade do mercado de terras difere de região para região", afirmou.

"Algumas localidades se caracterizam por áreas concentradas, mas, em outras, os imóveis são pequenos, como em Sergipe, por exemplo", completa a nota.

De acordo com o Incra, assentamentos pequenos, com menos de 15 famílias, podem criar uma "dinâmica" com outros projetos de determinada região do país. "Tal situação explica a destinação de imóveis com menos de 15 famílias. São áreas em que há a presença de outros assentamentos ou de agricultura familiar. O assentamento criado vai se integrar a essa dinâmica socioeconômica já existente."

Sobre a publicação de portaria, do mês passado, que modificou as regras criadas em outra portaria, de janeiro, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, afirmou que essa foi a maneira encontrada de "agilizar" a reforma agrária no país. Ele negou que os procedimentos tenham sido mudados, porém.

Incra certifica mais de 18 mil imóveis rurais este ano – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 05/11/2013

O número de certificações de imóveis rurais emitidas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) superou, este ano, em 94% o resultado de 2012 inteiro. Os dados de 2013 referem-se de janeiro a setembro. Foram certificadas, no período, 18.713 propriedades particulares em todo o País, contra 9.636 do ano passado. As emissões representam, em área, 24 milhões de hectares, quase 400 mil hectares acima do que foi verificado em 2012.

A certificação assegura que os limites do imóvel analisado não se sobrepõem a outros e que o georreferenciamento dessas áreas foi feito com base nas especificações técnicas legais. Ela é necessária para o registro da propriedade nos casos de compra, venda, desmembramento ou partilha.

De 2004 até setembro deste ano, 61.480 propriedades foram certificadas. E 46% do total (28.349 imóveis) passaram a essa condição nos últimos 21 meses, em função de atualizações promovidas pelo Incra que tornaram o processo mais simples e ágil.

A maior eficiência no serviço prestado pode ser constatada, também, a partir do número de notificações em caso de inconsistências nos processos. Entre janeiro e setembro, 14.699 interessados foram notificados, tendo sido aberto prazo de 60 dias para manifestações e tentativa de sanar os problemas apontados. Quando isso não ocorre, o processo é arquivado, sendo necessário reiniciar o trâmite na autarquia.

Sigef

Com a entrada em vigor do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef), no próximo dia 23 de novembro, a certificação se tornará ainda mais rápida. Como o Sigef permite a análise eletrônica dos dados georreferenciados dos imóveis, a atuação do servidor da autarquia ficará restrita apenas aos casos de desmembramentos, remembramentos e sobreposição de áreas, ou aos imóveis relacionados a auditorias e fiscalizações.

Se não houver pendências em relação à propriedade rural, a certificação será emitida online. No caso de inconsistências, o próprio sistema transmitirá uma notificação ao interessado, que poderá, após corrigi-las, inserir novamente os dados no Sigef.

Governo prevê R\$ 11 bilhões em créditos para reforma agrária. Andrea Jubé – Valor Econômico, Agronegócios. 06/11/2013

BRASÍLIA - A ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, discutiu, nesta quarta-feira, 6, as novas medidas do governo para os assentamentos da reforma agrária com o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, parlamentares e representantes dos trabalhadores rurais. As novas regras vão constar de medida provisória, em fase final de elaboração, a ser encaminhada ao Congresso.

De acordo com a Casa Civil, o pacote prevê uma reserva de crédito no valor de R\$ 11 bilhões para instalação de novos assentamentos. As novas regras também contemplam linhas de crédito para famílias de assentados, crédito rural para estruturação de programas, transferência de recursos não reembolsáveis e microcrédito rural para inclusão produtiva.

O governo também vai propor a renegociação de operações antigas do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Propera), de 1985 a 2000, e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que totalizam cerca de R\$ 2,5 bilhões. Há previsão de redução do saldo devedor dessas operações em até 80%. As medidas também preveem que os assentamentos instalados em terras públicas sejam isentos do pagamento de tributos.

Terra Legal retoma área no Maranhão e destina para reforma agrária. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 13/11/2013

O Programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) realiza, nesta quinta-feira (14), ato de retomada da Fazenda Cipó Cortado localizada no município Senador La Rocque, no Maranhão. A área de 2,7 mil hectares será destinada à reforma agrária. A previsão é de com a recuperação das terras griladas da União, sejam assentadas, no local, 141 famílias. Na oportunidade, também serão entregues 240 títulos de posse da terra a agricultores.

“Esta é uma demanda de mais de 30 anos dos movimentos sociais. É importante dizer que estamos dando uma resposta positiva, vamos criar o assentamento e cumprir o grande papel do Terra Legal que é atuar na gestão fundiária da Amazônia. Hoje reafirmamos a credibilidade do programa na resolução de conflitos e na destinação de terras”, avalia a superintendente de Regularização Fundiária na Amazônia Legal do MDA, Shirley Nascimento.

Como explica o coordenador do Terra Legal no estado, Jowberth Frank, a atuação do programa na área é uma resposta às demandas sociais “Atuamos durante dois anos para resolver o problema desta área. É uma felicidade muito grande dar um retorno positivo aos movimentos sociais que estão a décadas lutando pela regularização fundiária na região. Uma área que já teve até morte pela disputa de terras e agora passa a ser ocupada por assentados da reforma agrária, nos enche de orgulho”, afirma

Entrega de títulos

Durante a cerimônia, o Terra Legal também vai entregar 240 títulos para produtores rurais da região e títulos urbanos para os municípios de Imperatriz, Açailândia e Senador La Rocque.

Na avaliação da superintendente do MDA, o título rural serve como porta de entrada para as políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar. “Com o título, as agricultoras e os agricultores têm condições de acessar as políticas de incentivo a produção, como o Pronaf e o Mais Alimentos. Isso garante que estes produtores continuem no campo”, observa Shirley Nascimento ao assinalar que com o documento definitivo de posse de suas propriedades os agricultores beneficiados com a regularização fundiária passa a ser dono da área que ocupava como posseiro.

Terra Legal entrega 240 títulos de terra para agricultores familiares do Maranhão. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 14/11/2013

“Agora nossa vida vai mudar bastante, vamos ter como recorrer ao governo para conseguir investir na propriedade”, acredita a jovem agricultora familiar Elielza de Melo, 28 anos, que junto com seu companheiro Jairam Pereira Barbosa, 31 anos, foi uma das 240 famílias tituladas pelo Terra Legal, nesta quinta-feira (14), em Imperatriz (MA). A Fazenda São João de 95 hectares passa agora a ser propriedade definitiva do casal que produz, além de peixes em açudes, uma média de 250 litros de leite por dia.

Na avaliação da superintendente de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, Shirley Nascimento, a entrega dos títulos vai auxiliar o desenvolvimento da agricultura na região. “É muito positivo quando entregamos os títulos pois sabemos que agora estes agricultores têm condições de acessar políticas de incentivo. Outro aspecto importante é que hoje titulamos muitos jovens. Temos certeza de que este documento vai fazer a diferença na vida destas pessoas”, afirmou ao lembrar que com o título da terra o agricultor familiar pode acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O coordenador do Terra Legal no Maranhão, Jowberth Frank, atentou que a região tem grande potencial produtivo, com solo fértil e acesso a água. “A área é bem produtiva. O povo daqui tem cultura de produção bem organizada, só faltava mesmo o título para desenvolver a região”, destacou Jowberth ao salientar o entusiasmo da população

beneficiada. “Foi uma iniciativa linda. Dá uma grande emoção atender essa demanda da população”, concluiu o coordenador.

A entrega dos títulos definitivos pelo programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) beneficiou agricultores de Imperatriz, Senador La Roque e Açailândia. O documento assegura ao posseiro de terra federal o título da área, garantindo acesso a todas as políticas de incentivo à agricultura familiar que o MDA desenvolve. Entretanto, a posse da terra obriga o proprietário a seguir normas de preservação ambiental, reduzindo assim o desmatamento.

Retomada de terra e criação de assentamento

A solenidade de entrega dos títulos também foi marcada pela destinação da primeira área de terra grilada da União que o programa Terra Legal retomou. A área de 2,7mil hectares, de propriedade da União, foi destinada pelo MDA ao Incra para assentar 141 famílias.

Para Shirley Nascimento a retomada da terra e a destinação da área para o Incra demonstram a capacidade do Terra Legal em responder as demandas de ordenamento fundiário na região. “O que fizemos hoje reafirma o compromisso do Governo Federal em garantir condições para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Sabemos que esta é só a primeira de muitas áreas que estão ocupadas de forma irregular e que devem ser destinadas de forma correta.” Na visão da superintendente, a gestão das terras federais na Amazônia Legal é uma das ações prioritárias do Terra Legal.

Titulo Urbanos

Nesta quinta-feira (14) foram entregues, ainda, mais 13 títulos urbanos para os municípios maranhenses de Açailândia, Buritirana, Imperatriz, João Lisboa, São Francisco do Brejão e Senador La Rocque. A ação, desenvolvida pelo Terra Legal, assegura a doação de áreas urbanas para municípios que estejam em terras federais.

Para Açailândia, o programa doou a área do Povoado Novo Bacabal. São 44 hectares que passam da União para o domínio municipal, beneficiando mais de três mil moradores. No município de Buritirana foram doados 35 hectares, onde estão os povoados Centro do Zé e Jenipapo. A ação vai contemplar 270 famílias.

Já Imperatriz recebeu a doação dos povoados São João e Petrolina, totalizando o repasse de 47 hectares, onde moram aproximadamente 500 pessoas. Para o município de João Lisboa foi doado o Povoado Mussambé, uma área de 10 hectares, onde vivem 100 famílias. São Francisco do Brejo recebeu do programa Terra Legal o Povoado Trecho Seco. São mais 25 hectares doados e que vai abrigar 550 famílias. Em Senador La Roque, o Povoado Boca da Mata também recebeu seu título urbano, com a doação de 12 hectares, beneficiando mais de 400 pessoas.

Caravana de Arte e Cultura na Reforma Agrária percorre assentamentos no Nordeste – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 18/11/2013

O Projeto Arte e Cultura na Reforma Agrária (Pacra) vai pegar a estrada para promover uma caravana cultural por cinco assentamentos nordestinos, com a realização de apresentações, oficinas e encontros artísticos-culturais. A programação prossegue até o dia 22 após percorrer os estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Iniciativa do Pacra, a Caravana Arte e Cultura na Reforma Agrária Nordeste pretende aproximar e divulgar as ações do projeto cultural, nascido em 2006 na superintendência do Incra no Ceará, a jovens assentados que participam de grupos de teatro, música, dança e de cultura popular, além de lideranças comunitárias e de movimentos sociais da região.

10 anos

A Caravana integra as ações em comemoração aos dez anos de criação do Pacra. Do início, quando realizou o mapeamento de iniciativas e tradições culturais realizadas e mantidas em assentamentos cearenses, passando pelo apoio a projetos culturais desenvolvidos nas comunidades por meio da participação de editais de cultura, o Pacra celebra conquistas que influenciaram a direção nacional do Incra a criar um Grupo de Trabalho Nacional de Cultura para incentivar e apoiar projetos culturais em assentamentos por todo o Brasil.

Entre as conquistas estão a instalação de pontos de cultura em áreas de reforma agrária no Ceará, a criação do Pontão de Cultura Terra Viva, Terra de Arte no assentamento Todos os Santos e da Escola de Teatro da Terra, e a estruturação das Redes de Arte e Cultura na Reforma Agrária e de Audiovisual do Campo (Raca).

Participam da Caravana os alunos da Escola de Teatro da Terra (ETT), que reúne jovens artistas de áreas de reforma agrária no Ceará; o grupo teatral Carrapicho, do assentamento Todos os Santos, de Canindé (CE); grupo teatral do assentamento Ipanema, de Alto Santo (CE); grupo musical Preto no Branco, do Ceará; e os alunos do curso de Licenciatura em Teatro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFCE), novo parceiro do Pacra que apóia a realização da Caravana, junto com o Ministério da Cultura (Minc).

Governo promete minuta de demarcação de terras para ruralistas e indígenas. Fernanda Odilla – Folha de São Paulo, Poder. 21/11/2013

O ministro José Eduardo Cardozo (Justiça) prometeu encaminhar uma minuta com as novas regras de demarcação de terras indígenas para lideranças de produtores rurais e dos índios para que eles possam contribuir com a elaboração da portaria que funcionará como um novo marco regulatório.

Ele não estabeleceu, contudo, prazo para encaminhar a proposta nem publicar a portaria. "Minha ideia é baixar a portaria com acordo ou sem acordo", disse nesta quinta-feira (21) durante audiência no Senado.

Depois de recusar três convites para comparecer à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Cardozo foi convocado para falar aos senadores sobre os conflitos entre índios e produtores e a demarcação de terras indígenas. Também participa da audiência como convidado o ministro Luis Inácio Adams (Advocacia-Geral da União), que defendeu a necessidade de elaboração de uma lei completar para dar segurança jurídica aos processos de indenização e preservação de títulos de terra.

Cardozo, contudo, deixou claro que há disposição dentro do governo de esperar a palavra final do STF (Supremo Tribunal Federal) em relação à terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, antes de anunciar as novas regras para todo o país.

Apesar de ter mantido 19 condicionantes para a área em Roraima --mas que podem ser replicadas em outros locais pelo governo, o STF ainda analisa os chamados embargos declaratórios, para sanar eventuais omissões e obscuridades da decisão. Por avaliar que a decisão do Supremo é, no máximo uma jurisprudência, o governo diz ser preciso esperar sob o argumento de que ainda há insegurança jurídica.

PALHAÇO

Os ruralistas, contudo, têm pressa em resolver os conflitos espalhados por todo o país e cobram do governo uma posição definitiva. Nesta quinta, a senadora Katia Abreu (PMDB-TO) afirmou que a AGU (Advocacia-Geral da União) recuou por pressão de integrantes do governo favoráveis aos indígenas.

"Se vocês querem proteger um grupo de brasileiros, saibam que nós sabemos fazer pressão com muito mais força. Não estou ameaçando, mas segurando o pessoal. O produtor rural não vai pintar cara de palhaço não!", disse a senadora, que é presidente da CNA (Confederação Nacional da Agricultura).

Antes de deixar a comissão, a senadora provocou Cardozo: "O senhor não tem propriedade rural, né? Mora em apartamento". "Quando se tenta a conciliação haverá sempre a acusação de omissão", respondeu Cardozo.

Reconhecimento de terras quilombolas esbarra na especulação e grilagem – Folha de São Paulo, Poder. 22/11/2013

Disputas, construções de grandes empreendimentos e especulação imobiliária ameaçam a herança ancestral mantida viva pelas comunidades quilombolas. Das 2.408 comunidades certificadas pela FCP (Fundação Cultural Palmares), apenas 207 têm o título da terra e, em uma parte delas, os ocupantes não quilombolas ainda não foram retirados ou indenizados.

"A posse da terra é a maior dificuldade enfrentada atualmente pelas comunidades quilombolas. A titulação é um direito fundamental prevista na Constituição Federal", defende o diretor do departamento de proteção ao patrimônio afro-brasileiro da FCP, Alexandre Reis. "Esse é o grande gargalo da questão quilombola nos dias de hoje".

O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias é claro quanto ao assunto: "Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos".

"À medida que isso não ocorre, a gente acaba prejudicando a comunidade porque outras pessoas acabam ocupando a terra quilombola. Vamos ter problemas de expulsão, violência no campo, violência contra essas famílias, atuação de grileiros a atravessadores até na atividade produtiva da comunidade", explica Alexandre Reis. "Titular a terra é algo fundamental para a comunidade quilombola no Brasil e é o grande desafio que temos hoje", acrescentou.

Há todo um processo pela posse da terra. As comunidades que já foram reconhecidas como quilombolas pela Fundação Palmares precisam fazer o pedido para o Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), que é o responsável pela titulação. Então, são feitas análises da área e de possíveis contestações que possam aparecer no processo.

A fase seguinte é a regularização fundiária, com a retirada de ocupantes não quilombolas por desapropriação ou pagamento de indenização. Mas o processo, que também pode ser feito via Estados e municípios, é demorado. De acordo com informações do site do Incra, há processos abertos em 2003 que ainda não foram concluídos.

O secretário da Promoção da Igualdade Racial do Distrito Federal, Viridiano Custódio, explica que a principal razão para a demora de alguns processos são disputas envolvendo a terra. "Disputa política, de território. Alguns setores, principalmente do meio agrário, são contra essa legalização porque os territórios, muitas vezes, ficam dentro ou perto de alguma terra que está em litígio", destacou. "Esse é um processo que acaba emperrando o trâmite".

Terra Legal entrega títulos rurais no Acre. Mateus Zimmermann – Site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). 22/11/2013

O Programa Terra Legal do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) vai realizar, neste sábado (23), a entrega de 70 títulos rurais para agricultores familiares do Acre. A ação beneficiará produtores rurais de Manoel Urbano, Sena Madureira e Feijó. Com o documento emitido pelo MDA, agricultores que antes eram posseiros se tornam proprietários definitivos de suas terras.

O secretário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Serfal/MDA), Sérgio Lopes, atenta que quase todo o território do Acre está dentro da faixa de fronteira - área de 150 km paralela à linha divisória do território nacional – o que torna o processo de titulação mais complexo e exige o assentimento (aprovação) do Conselho de Defesa Nacional (CDN). “Garantir o direito ao título para todos os agricultores familiares da Amazônia Legal é um grande desafio, principalmente para aqueles que estão dentro da faixa de fronteira. O importante é que desde o ano passado estamos trabalhando em sintonia com o CDN o que nos permite atingir este objetivo”, salienta.

Para o coordenador do programa no estado, Antônio Brana, com os títulos definitivos os agricultores ganham uma nova perspectiva. “Estamos promovendo cidadania para as famílias que moram as margens da BR 364. Vamos iniciar um novo ciclo de desenvolvimento sustentável e melhoria da condição de vida destes produtores rurais”, destaca ao lembrar que com o título o agricultor tem condição de acessar o conjunto de políticas públicas que o MDA desenvolve para o fortalecimento da agricultura familiar.

Programa Terra Legal Amazônia

Criado em 2009, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e executado em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Programa Terra Legal Amazônia tem como objetivo regularizar áreas e imóveis localizados em terras públicas federais não destinadas na Amazônia Legal. Incluem-se nessa classificação aquelas que não sejam consideradas reservas indígenas, unidades de conservação, marinha, locais reservados à administração militar e florestas públicas.

Produtores da agricultura familiar e comunidades locais têm prioridade no atendimento do Terra Legal. Os benefícios do programa são diversos, com destaque para redução do desmatamento e aumento da produtividade dos agricultores familiares. Ao receber o título de propriedade do terreno, o dono se compromete a cumprir os requisitos legais como manter área de preservação permanente ou reflorestar área desmatada.

Tesouro Nacional autoriza emissão de R\$ 20 milhões em TDAs para desapropriação de imóveis rurais – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 27/11/2013

A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Ministério da Fazenda autorizou a emissão de 281.217 Títulos da Dívida Agrária (TDAs) no valor de R\$ 20.264.682,09 referentes ao pagamento do valor da terra nua de imóveis desapropriados para a criação de assentamentos da reforma agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A Portaria Nº 632, que autorizou a emissão dos TDAs, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) da última terça-feira (26).

Os títulos com a emissão autorizada vão viabilizar as desapropriações dos imóveis rurais Bonanza/Cavalgada Grande, no município de Crixás, e Palmeiral, em Uruaçu,

ambos no norte do estado de Goiás, e ainda do imóvel Terra Nova, localizado em Lafaiete Coutinho, na Bahia.

A fazenda Bonanza/Cavalgada Grande tem 8.637,50 hectares e capacidade para assentar 204 famílias. O imóvel tem aptidão para a exploração de culturas temporárias, como o milho e a mandioca, e permanentes, como o caju e o citrus. Os futuros assentados também podem investir na pecuária de corte e leiteira e na criação de pequenos animais.

Na área da fazenda Palmeiral, com 1.532,40 hectares, serão assentadas 35 famílias, que devem se dedicar à fruticultura, à silvicultura, à pecuária de leite e à criação de pequenos animais.

O assentamento que será criado no imóvel Terra Nova, com 819,1 hectares, tem capacidade para assentar 36 famílias de agricultores rurais. A área tem potencialidade para a adoção de culturas anuais e permanentes adaptadas à região, como batata doce, caju, citrus e sisal, bem como para o cultivo de banana, arroz sequeiro, café e cana de açúcar, além de aptidão para silvicultura. O imóvel é cortado pelo Rio Jequiezinho e por riachos intermitentes. A fazenda Terra Nova possui ainda uma barragem e três aguadas escavadas - pequenos reservatórios a céu aberto usados para acumular água em período de chuvas.

Indenização para proprietários

Os TDAs são títulos nominativos mobiliários da dívida pública federal interna pagos como indenização para os proprietários de imóveis rurais desapropriados ou adquiridos pelo Incra para fins de reforma agrária e correspondem ao valor da terra nua. As benfeitorias existentes no imóvel são pagas em moeda corrente.

O valor dos TDAs é definido com base na avaliação do imóvel que é realizada após a publicação dos decretos de desapropriação dos imóveis. O laudo de avaliação é subscrito por engenheiro agrônomo com registro de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), respondendo o subscritor civil, penal e administrativamente, pela superavaliação comprovada ou fraude na identificação das informações.

Após realizado o depósito dos TDAs, o Incra ajuíza ação pedindo a posse no imóvel. Na sequência, o Incra recebe da Justiça a posse legal do imóvel e estará apto a dar início ao processo de criação do assentamento e à homologação das famílias que serão assentadas.

Valor dos TDAs

O valor nominal do TDA é estipulado com base na Taxa Referencial (TR) e poupança referente ao mês anterior, divulgado por meio de portaria da STN.

Os TDAs emitidos para a desapropriação de imóveis rurais para fins de reforma agrária podem ser pagos em 15, 18 e 20 anos com taxas remuneratórias de 3%, 2% e 1% ao ano, respectivamente. Os títulos emitidos para a aquisição de imóveis rurais para a

reforma agrária através de compra e venda (compra direta) têm vencimentos que variam de acordo com a quantidade de módulos fiscais do imóvel. Assim como aqueles emitidos após acordo judiciais ou administrativos, estes TDAs têm juros de 6% ao ano.

Os títulos emitidos em cumprimento a ordem judicial podem ter vencimento de cinco, dez ou 15 anos, com juros variando de 1% a 6% ao ano.

O módulo fiscal é uma unidade de medida agrária usada no Brasil, expressa em hectares e é definido por município. O módulo Fiscal foi instituído pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979, como forma de estabelecer um parâmetro para a classificação fundiária do imóvel rural quanto à sua dimensão. A Instrução Especial Incra nº 20, de 1980, estabelece o módulo fiscal de cada município, previsto no Decreto nº 84.685, de 06 de maio de 1980. Os municípios que foram criados após 1980 tiveram o valor de seu módulo fiscal fixado por outros atos normativos do Incra.

Resgate de TDAs

Os TDAs são emitidos pela STN, na forma escritural, nos termos do artigo 3º do Decreto 578, de junho de 1992, a quem cabe a gestão para pagamento de resgates e juros. Os títulos são custodiados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e ficam sob o controle da Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (Cetip).

Os títulos só podem ser resgatados ou negociados após sua liberação pela Justiça Federal – condição indispensável à imissão do Incra na posse legal do imóvel desapropriado ou adquirido através de compra direta.

O Estado burguês e a luta pela Reforma Agrária. Cedenir de Oliveira – Site do MST. 28/11/2013

O Estado não se resume aos governos, poderes executivos, legislativo e judiciário. Faz parte dele todas as esferas políticas, burocrático-administrativas, órgãos repressivos (forças armadas e polícias) e a esfera financeira pública.

Num processo eleitoral, portanto, se disputa apenas parte do Estado: os poderes legislativo e executivo. As outras esferas tornam-se blindadas à participação popular, assegurando a continuidade da natureza do Estado burguês e dos seus objetivos classistas.

Há duas grandes interpretações sobre a natureza do Estado. De um lado, os liberais, que amparados pelos princípios republicanos, derrotaram violentamente, com guerras e revoluções burguesas, a sociedade feudal. Fundaram a sociedade burguesa, um avanço significativo para a humanidade em relação à sociedade deixada para trás. Para estes, o Estado é um ente neutro, imparcial, está acima das disputas e conflitos de classes. Tem como função mediar esses conflitos, assegurando a estabilidade social e garantindo a manutenção e reprodução da sociedade burguesa.

Do outro lado, há a elaboração marxista sobre a natureza do Estado. Neste caso, o Estado nasce como consequência de uma sociedade dividida em classes, com interesses e objetivos completamente antagônicos e irreconciliáveis entre os que detêm os meios de produção, e os que sobrevivem apenas com sua força de trabalho.

Portanto, exatamente por ser resultante da sociedade dividida em classes, o estado jamais será neutro ou imparcial. Ele sempre estará a serviço dos interesses e objetivos da classe dominante. Na sociedade capitalista, estará voltado aos interesses da burguesia, enquanto numa sociedade socialista, estaria voltado aos interesses do proletariado.

Ainda de acordo com a teoria marxista, o Estado burguês tem como principais tarefas: a) atender aos interesses da classe dominante e aumentar ainda mais sua hegemonia; b) impedir quaisquer tentativas de uma revolução social anti-capitalista; c) mediar os diferentes conflitos de interesses entre os distintos grupos sócio-econômicos que compõe o bloco dominante da sociedade burguesa. A própria burguesia “briga” entre si para disputar a implementação de políticas públicas que atendam seus interesses específicos.

Para cumprir com eficácia a função de ser um instrumento de dominação da classe dominante, assegurar a estabilidade social e a manutenção e reprodução da sociedade burguesa, o Estado precisa aparecer perante a sociedade como neutro, imparcial e acima dos conflitos de classes. Precisa escamotear sua natureza de classe. Caso contrário, a ordem só seria mantida com o aparato repressivo, para que uma pequena minoria da população (burguesia) consiga explorar a maioria (classes subalternas).

O aparato repressivo é a última medida do Estado burguês para assegurar a sociedade burguesa, que no extremo, se transformam em golpes de Estados e ditaduras. Não existindo esse perigo, haverá um esforço para formar um consenso entre as diferentes classes sociais. As ideias (ideologia) da classe dominante serão adotadas pelas próprias classes subalternas, como sendo suas.

Máscaras

As eleições jogam um papel importante nessa tarefa de escamotear o caráter classista do Estado burguês. Participar das eleições e ocupar espaços no poder legislativo e executivo cria a sensação geral que vivemos numa plena democracia. A participação popular nas outras esferas do Estado está vedada! A atuação do estado burguês contra um movimento grevista, por exemplo, ou pela desocupação de um latifúndio é imediata.

Já os desrespeitos das leis trabalhistas, existência de trabalho escravo, assassinatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, se perdem nos labirintos e gavetas do judiciário, assegurando, quase sempre, a impunidade. Os liberais dirão que isso se deve as

imperfeições dos sistemas e a falhas humanas individualizadas. Jamais reconhecerão que essa atuação é ditada pela natureza do Estado burguês.

Os meios de comunicação, hegemônicos pela classe dominante, se encarregaram de manipular, ressaltar ou silenciar as informações que lhes interessam. Trata-se de outro instrumento que busca aparecer imparcial e neutro naquilo que transmite à sociedade. Basta ver como noticia os casos de corrupção contra os que ela considera seus inimigos, em comparação com as aves do seu ninho, como os tucanos paulistas.

O papel dos movimentos sociais

Frente a essa realidade, o que cabe aos movimentos populares, como o MST, no seu relacionamento com o Estado que tem uma natureza burguesa? A natureza de um movimento popular difere totalmente de um partido político. Enquanto o movimento popular agrega um segmento bem específico da sociedade - os sem terras, no caso - os partidos políticos têm a capacidade de agregar amplos setores da sociedade.

Quando se trata de um partido classista, que não seja burguês, em torno de seu projeto político aglutina os diversos segmentos da classe trabalhadora, do campo e da cidade. Quando revolucionário, o seu objetivo é transformar a classe trabalhadora em protagonista de sua história e fazer uma revolução social e anticapitalista.

Já o movimento popular, nas limitações de agregar um segmento social específico e contemplar, basicamente, o atendimento desse segmento social nas suas pautas reivindicatórias, restringe sua atuação à política de “bater e negociar” com o Estado burguês. Nas acertadas palavras do nosso mestre Florestan Fernandes, cabe aos movimentos populares não se deixar cooptar, não se deixar destruir e sempre obter conquistas.

No entanto, esse enfrentamento com o Estado é essencial para organizar e formar uma consciência classista dos integrantes desse movimento popular. É exatamente na luta pela Reforma Agrária que os Sem Terra percebem que os seus problemas são os mesmos dos outros segmentos da classe trabalhadora.

No caso específico da Reforma Agrária, não basta mais apenas a desapropriação do latifúndio improdutivo e repassá-lo às famílias sem terra. Além de lutar e ocupar os latifúndios, cabe ao MST ser o portador de um novo modelo de agricultura para o país, junto às organizações da Via Campesina Brasil. Um modelo de agricultura centrado na produção agroecológica de alimentos, num sistema de cooperação agrícola e associado a pequenas agroindústrias, que respeite o meio ambiente e garanta a saúde dos produtores e consumidores dos produtos agrícolas, e que contribua para o país conquistar a soberania alimentar.

Por meio das lutas e da consolidação desse modelo de agricultura, não devemos perder as oportunidades de dialogar com a sociedade brasileira. Temos muitas conquistas nas áreas de assentamentos. Temos um acúmulo prático e teórico na área da educação,

cultura, comunicação, saúde, agroecologia, etc. Essas conquistas devem ser compartilhadas com a sociedade onde nossos assentamentos estão localizados. Também a motivando a se organizar e lutar.

A população do meio rural é completamente desassistida de políticas públicas, de modo geral. Temos uma identidade de lutas e organização nessas regiões. Por que não se associar à população dos pequenos municípios rurais, compartilhar nossas experiências e motivá-los a lutar para arrancar do Estado melhores condições de vida para o campo? A proposta do agronegócio se restringe em expulsar essa população para as periferias das grandes cidades.

O agronegócio não é forte apenas por causa do seu poder econômico e político. Sua força também reside na sua capacidade de criar um consenso junto à sociedade brasileira em torno do seu projeto de agricultura. A sociedade vê apenas os aspectos mais visíveis desse modelo, aparentando ser moderno, produtivo e essencial para a economia do país. Esquece de mostrar que esse modelo se sustenta por meio da destruição das duas principais fontes de produção da riqueza: o ser humano e a natureza. Esconde que essa alta produtividade é uma face da mesma moeda do trabalho escravo, êxodo rural, concentração fundiária e desrespeito as leis trabalhistas e ambientais.

Qual é o modelo de agricultura que queremos para o país e levar às gerações futuras? Este deve ser nosso ponto de partida com a sociedade brasileira, começando nas regiões onde estamos organizados.

Em resumo, para que continuemos obtendo conquistas e organizando o campo, os enfrentamentos com o Estado burguês nos exigem: a) fortalecer e qualificar nossa organização interna, nos tornando um movimento forte, atuante e ágil para interferir nas conjunturas políticas e enfrentar os inimigos da Reforma Agrária; b) promover lutas (a classe trabalhadora jamais obteve uma conquista do Estado burguês que não tenha sido resultado das lutas e mobilizações populares); c) Construir um grau maior de unidade e de alianças no campo e com os trabalhadores urbanos; d) dialogar com a sociedade para fazer a contra-hegemonia da proposta do agronegócio à agricultura brasileira, e buscar o apoio à nossa proposta de Reforma Agrária Popular.

Se avançarmos nesses quatro pontos, certamente teremos mais forças e condições de obter conquistas junto ao Estado, mesmo sendo ele burguês.

CNBB divulga nota sobre Povos Indígenas e Agricultores – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 29/11/2013

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) divulgou uma nota oficial onde se unem "à angústia dos povos indígenas e agricultores diante da inércia do governo federal e dos respectivos governos estaduais em solucionar verdadeira e definitivamente os crescentes conflitos fundiários". De acordo com a CNBB, "o momento é crítico e

exige urgente e efetiva ação por parte do governo brasileiro em defesa da vida, da justiça e da paz entre indígenas e agricultores no país".

Nota da CNBB sobre Povos Indígenas e Agricultores

Bem aventurados os mansos porque possuirão a terra (Mt 5, 5)
O Conselho Episcopal Pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, reunido em Brasília, se une à angústia dos povos indígenas e agricultores diante da inércia do governo federal e dos respectivos governos estaduais em solucionar verdadeira e definitivamente os crescentes conflitos fundiários que envolvem estes nossos irmãos.

Entendemos que a solução para esta situação passa necessariamente pelo reconhecimento do direito histórico e constitucional dos povos indígenas sobre suas terras tradicionais, bem como, pelo reconhecimento dos títulos de terra denominados de boa fé.

Os entes federados, responsáveis pela emissão de títulos de propriedade sobre terras da União, devem assumir a responsabilidade pelo erro político-administrativo que cometeram e indenizar os agricultores que adquiriram de boa fé e pagaram pela terra onde vivem com suas famílias e formaram comunidades. Além disso, o Estado deve indenizar os agricultores pelas benfeitorias construídas sobre as terras e, aquelas famílias que desejarem ser reassentadas, precisam ter esse direito devidamente respeitado, como estabelece o decreto 1775/96, preferencialmente na mesma região. Não é aceitável a posição assumida pelo governo federal e pelos distintos governos estaduais neste processo. Impedir e protelar a solução desses problemas potencializa a insegurança, as angústias e os riscos de conflitos entre indígenas e agricultores, ambos vítimas de um modelo equivocado de ocupação do território brasileiro. A Igreja e seus ministros têm compromisso de evangelização e de pastoral com indígenas e agricultores. Neste compromisso, se colocam a serviço da vida plena. (DGAE 106).

O momento é crítico e exige urgente e efetiva ação por parte do governo brasileiro em defesa da vida, da justiça e da paz entre indígenas e agricultores no país. Que Nossa Senhora, a mãe de todos os povos, olhe por seus filhos nesse momento de dor e preocupações.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa